

Norman R. Bennett \*

## O sistema do vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX: guerra e reorganização \*\*

1832 iniciou-se como mais um ano no ciclo normal das actividades do sistema do vinho do Porto. Embora a quarentena sobre os navios britânicos (devida ao aparecimento de cólera na Grã-Bretanha em 1831) tenha abrandado ligeiramente o negócio<sup>1</sup>, os agentes continuaram normalmente as operações, partindo em Abril para a feira anual do vinho<sup>2</sup>. No fim de Maio a maior parte dos vinho comprados já se encontrava nas instalações de Vila Nova de Gaia, de forma a ser iniciado o tratamento para exportação<sup>3</sup>. O pacífico curso de vida nestas instalações teve um fim súbito quando, em Julho de 1832, a luta pelo trono de Portugal entre os filhos de D. João VI – D. Pedro e D. Miguel – representando, respectivamente, as facções constitucionistas e absolutistas, trouxe a guerra ao Porto. Uma expedição comandada por D. Pedro desembarcou próximo da cidade, dando início ao período mais penoso da história da comunidade mercantil do vinho do Porto. As forças opositoras miguelistas não reagiram eficientemente contra os invasores e as tropas de D. Pedro – apesar de estarem em inferioridade numérica – rapidamente tomaram posse do Porto. O exército de D. Miguel manteve o controlo da região rural em torno da cidade. O famoso cerco do Porto, que durou até 1834, estava a aproximar-se<sup>4</sup>.

A movimentada vida comercial do Porto, com D. Pedro a manter a cidade bloqueada e D. Miguel a ocupar a região vinícola e a controlar o curso interior do

\* Universidade de Boston.

\*\* A Fundação Calouste Gulbenkian subsidiou a investigação para este estudo.

<sup>1</sup> S para S, 26 Nov. 1831, 31 Jan. 1832, 27 Mar. 1832, SA 4.

<sup>2</sup> S para S, 4 Abr. 1832, SA 4.

<sup>3</sup> S para S, 29 Mai. 1832, SA 4.

<sup>4</sup> O relato clássico do cerco pode ser encontrado na obra de SORIANO, Simão José da Luz – *História do Cerco do Porto*, Porto, 1846-49. 2 vol.

Douro, estagnou. «Todos os tipos de negócio estão num impasse», informava o agente da Sandeman em Setembro<sup>5</sup>. Em 1832, as exportações de vinho do Porto só atingiram as 16.739 pipas; em 1833, as 20.809. Nestes dois anos foram para a Grã-Bretanha, respectivamente, 13.722 e 19.571 pipas<sup>6</sup>. Um negociante de vinhos de Londres afirmou, mais tarde, que a diminuição de fornecimentos apropriados de Portugal tinha sido parcialmente compensada pela utilização de vinho francês na preparação de vinhos do Porto mais baratos<sup>7</sup>.

Duas Companhias dos Vinhos reivindicaram a sua autoridade sobre o sistema do vinho do Porto. Desde que os membros da organização existente, apoiantes de D. Miguel, fugiram do Porto e estabeleceram um quartel-general na Régua, um dos primeiros actos da administração de D. Pedro foi a substituição da administração da Companhia, de pendor miguelista. Os novos funcionários emitiram regulamentos permitindo que pessoas individuais vendessem e destilassem vinho. Os funcionários de D. Miguel ignoraram as mudanças<sup>8</sup>.

No seu íntimo, a maior parte dos residentes britânicos favoreciam os reformadores liberais mas, conhecendo plenamente os perigos de se verem envolvidos no incerto curso da guerra civil portuguesa, mantiveram-se formalmente neutrais<sup>9</sup>. Inicialmente, os comerciantes não consideraram nenhuma ameaça sobre as suas vidas e negócios: George Glas Sandeman, tal como de costume, veio a Portugal para a sua habitual visita das vindimas. Contudo, a realidade do cerco veio rapidamente interromper as comunicações regulares com a Grã-Bretanha e impedir as normais operações dos negócios. Os negociantes estavam efectivamente separados da região demarcada do Douro; «quaisquer notícias que tenhamos relativamente ao que se passa a uma légua de nós é muito vaga», admitiu um desses negociantes em fins de Agosto<sup>10</sup>.

O instável estado de vida na região vinhateira, incluindo as hostilidades, fez com que os exportadores se comesçassem a preocupar com o destino do sistema. Os produtores que apoiavam D. Pedro foram presos e mortos; as propriedades foram loteadas e destruídas. Quando a sorte da guerra se voltou contra D. Miguel,

<sup>5</sup> S para Rothschild, 14 Set. 1832, SA 4.

<sup>6</sup> MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, 1990. p. 220.

<sup>7</sup> Joseph Prestwich, na Grã-Bretanha, DP (*Relatórios das Comissões*, vol. 13: *Taxas de Importação sobre o Vinho*). Sessão 3 Fev. – 1 Jul. 1852. vol. 17, p. 329.

<sup>8</sup> Decreto de 13 Jul. 1832, na CCP, 2 (11 Jul. 1832), 7; Decreto de 14 Jul. 1832, CCP 5 (18 Jul. 1832), 22, cartas do Peso da Régua, CCP, 5 Ago., 23 (10 Ago. 1832) e 23 Ago., CCP, 38 (28 Ago. 1832), 180; documentos emitidos por D. Pedro, 5 Out. 1832, CCP, 84 (19 Out. 1832), 382; Mousinho da Silveira para D. Pedro, 14 Jul. 1832, in «The Times» (2 Ago. 1832); DIAS, Pedro A. – *Subsídios para a História do Porto (1823-1829)*, Porto, 1896. p. 79-80.

<sup>9</sup> S para S, 19 Jul. 1832 e correspondência seguinte, SA 4.

<sup>10</sup> S para Preston, 25 Ago. 1832, S para Finnie & Medicott, 27 Ago. 1832, S para Rothschild, 14 Set. 1832, SA 4.

foi a vez dos anteriores vitoriosos sofrerem. Muitos viticultores, relatou um correspondente, «hoje se achão reduzidos á indigencia (sic)». «Estamos... intrigados», admitiu o agente da Sandeman em 1832, «para saber como é que os agricultores vão conseguir prosseguir com a sua vindima este ano, uma vez que ainda há nos seus toneis muitos milhares de pipas que sobraram do ano passado & não receberam os pagamentos dos vinhos que conseguiram vender». Só alguns dos fornecedores da Sandeman conseguiram garantir fundos através de Lisboa quando a firma os autorizou a apresentar os seus «escritos» a uma companhia aliada. Sem os pagamentos, quase todos os produtores ficavam sem meios para contratar os trabalhadores necessários para preparar e concluir a próxima vindima. O cerco também impediu a entrega das pipas vazias necessárias para armazenamento tanto do vinho velho como do novo. A instável ordem, com os miguelistas «conservando as suas esperanças», manteve-se por algum tempo após o fim do cerco<sup>11</sup>.

Quando, em Setembro de 1832, os rivais deram início a operações militares, a vida tornou-se perigosa para todos os residentes no Porto. Os barcos que tentavam passar do Douro para o Atlântico ficavam debaixo do fogo miguelista; em Dezembro, por exemplo, «o vapor conseguiu passar, [mas] vários barcos à vela... quase foram destruídos ou desviados pela bateria». Os bens essenciais subiram de preço uma vez que, frequentemente, «as únicas importações têm sido os artigos que podem ser desembarcados fora da barra, ao longo da costa»<sup>12</sup>. Em Maio de 1833, as contínuas hostilidades, especialmente o frequente bombardeio da cidade, ameaçavam as vidas dos habitantes do Porto. Um mercador britânico perdeu um braço devido à explosão de uma bomba e algumas firmas sofreram pequenos roubos e alguns danos<sup>13</sup>. Cerca de um décimo dos habitantes do Porto morreram de cólera durante o cerco; muitos deles sofreram com a falta de comida<sup>14</sup>.

No decorrer do cerco, a existência de muitos milhares de valiosas pipas de vinho nos armazéns da Companhia em Vila Nova de Gaia tinha chamado a atenção dos beligerantes de ambos os lados. Tratava-se da única mercadoria abundante na região urbana sitiada<sup>15</sup>. Alguns dos conselheiros de D. Pedro desejavam

<sup>11</sup> Ver a correspondência de Lamego e de outras cidades no «Correio do Porto», 9 (10 Jan. 1834) e números seguintes, e em PPP, 91 (11 Mai. 1834), e números seguintes; S para Dakin, 25 Ago. 1832, S para Walker, 3 Set. 1832, SA 4.

<sup>12</sup> S para Lockett, 14 Set. 1832, S para S, 10 Dez. 1832, 29 Dez. 1832, S para LeFeuvre, 6 Fev. 1833, SA 4.

<sup>13</sup> S para S, 6 Mai. 1833, SA 4; obituário de Joseph R. Wright, CP, 59 (4 Mar. 1880), 1; CCP (12 Set. 1832), 236; KNIGHT, Thomas – *The British Battalion at Oporto*, Londres, 1834. p. 117.

<sup>14</sup> CARVALHO, José Liberato Freire de – *Memórias da Vida*, Lisboa, 1855. p. 355; SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista*, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, Porto, 1994. p. 407.

<sup>15</sup> OWEN, Hugh – *The Civil War in Portugal, and the Siege of Oporto by British Officer of Hussars*, Londres, 1836. p. 166-167: «vinho da melhor qualidade foi o bastante durante todo o período, e preveniu o progresso mais activo de cólera».

utilizar o vinho para conseguir o necessário suporte financeiro para a sua causa, mas o conselheiro principal, Mouzinho da Silveira, pôs objecções devido à sua convicção sobre a inviolabilidade da propriedade privada<sup>16</sup>. Em Julho de 1833, os destinos das companhias foram abalados quando uma grande explosão e incêndio destruíram mais de 17.000 pipas de vinho – que «corria em labareda pelas estreitas calçadas», exclamava o Visconde de Moser – além de cascos e outro equipamento<sup>17</sup>.

A situação de guerra, juntamente com as contraditórias administrações da Companhia dos Vinhos, tornaram impossíveis as provas anuais de vinho, por consequência tornando as vendas de vinho tecnicamente ilegais. Um certo número de comerciantes, incluindo a Sandeman, desafiaram o impasse. Conseguiram compensar algumas das suas perdas nas exportações recebendo vinho que era transportado por terra do Douro, para ser embarcado nos portos vizinhos menores de Aveiro e Figueira da Foz. Em tempos normais, estes portos tinham um interesse mínimo para os exportadores, uma vez que eram proibidas as exportações de vinho do Porto. A qualidade incerta do vinho regional e os grandes custos de transporte impediram o desenvolvimento do comércio local. D. Miguel, tentando assegurar o rendimento proveniente dos impostos, autorizou a exportação de vinho trazido pelo rio e, depois, pela costa. Inicialmente D. Pedro prometeu punir todos os participantes mas, em Novembro de 1833, com os produtores a enfrentarem a ruína devido à interrupção do comércio, autorizou os embarques em qualquer porto, desde que as taxas lhe fossem pagas. A Sandeman só terminou as suas operações em Aveiro em 1836<sup>18</sup>.

O enfraquecimento da causa miguelista durante o ano de 1833 levou a uma melhoria nas condições de vida e de trabalho na cidade do Porto. Em Novembro, os riscos da vida diária tinham diminuído significativamente; os navios entravam no Douro e «provisões de quase todos os géneros» estavam novamente disponíveis<sup>19</sup>. Finalmente, em Abril de 1834, quando as vitórias das forças de D. Pedro noutras regiões forçaram o exército sitiante a terminar o cerco, foram restabelecidas as comunicações com a região vinhateira. Os comerciantes do Porto retoma-

<sup>16</sup> SORIANO – *História do Cerco*, vol. I, p. 539; PINHEIRO, Magda – *Mouzinho da Silveira e as Finanças Públicas*, in PEREIRA, Miriam Halpern (ed.) – *Mouzinho da Silveira, Obras*, Lisboa, 1989, vol. I, p. 272-275.

<sup>17</sup> Visconde de Moser – *Accordo sobre Vinhos*. I, CP, 171 (13 Jul. 1886), 1; PEREIRA, Gaspar Martins, *O Douro: A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco*, Porto, 1990, p. 7; CARVALHO, *Memórias*, p. 364, para detalhe gráfico.

<sup>18</sup> Discursos do Senhor Felix Pereira de Magalhães sobre o *Commercio e Agricultura das Vinhas do Douro*. Lisboa, 1842, p. 49-50; FRANCIS, A. D. – *The Wine Trade*. Nova Iorque, 1972, p. 301; Edital da Companhia dos Vinhos, 25 Fev. 1833, CCP, 49 (26 Fev. 1833), 927; Decreto, 21 Nov. 1833, «Correio do Porto», 279 (30 Nov. 1833), 1123-1124; S para S, 18 Abr. 1835, 1 Mar. 1836, SA 5.

<sup>19</sup> S para Labertouche, 19 Nov. 1833, S para Rothschild, 12 Abr. 1834, SA 4.

ram rapidamente os contactos com os viticultores do Douro. No entanto, a vida comercial recomeçou muito devagar porque o efeito da guerra tinha alterado fundamentalmente a estrutura económica do sistema do vinho do Porto. Portugal tinha uma nova classe governante formada pelos reformadores da burguesia liberal que tentaram acompanhar as reformas levadas a cabo noutras nações europeias para terminar com os vestígios do derrotado regime absolutista, e para tornar o capitalismo a força dominante no seu país. Uma nova aristocracia – nascida da burguesia – emergiu, para substituir no Douro a antiga classe dos proprietários de terras. Uma vez que muitos dos reformadores vitoriosos eram inimigos das restrições ao comércio livre, deu-se um retorno irregular ao movimento liberalizante que começou nos inícios de 1820<sup>20</sup>.

A 30 de Maio de 1834, o governo de D. Pedro aboliu o papel da Companhia dos Vinhos no sistema do vinho do Porto. Os particulares eram livres de produzir e vender vinho e aguardente. A Companhia tornou-se uma organização privada, a Companhia dos Vinhos do Porto, sem quaisquer privilégios especiais. As novas circunstâncias, juntamente com as perdas de guerra, obrigaram à venda de alguns dos bens da Companhia. Mesmo assim, muitos dos seus credores não foram pagos<sup>21</sup>. A esperada confusão resultante do desaparecimento dos extensos regulamentos da Companhia foi exacerbada por um conjunto de sérios problemas com que o novo governo se defrontava. O depreciado papel-moeda português e uma taxa de câmbio desfavorável relativamente à libra esterlina foram duas das incertezas adicionais imediatas que dificultaram os negócios<sup>22</sup>.

Ao longo da década de 1830, a área de vinha cultivada expandiu-se. Em 1845, por exemplo, o Barão do Seixo fundou uma das novas propriedades, a Quinta Nova do Cachão, próxima do limite da demarcação<sup>23</sup>. A produção anual de vinho subiu até às 100.000 pipas. Contudo, o produto aumentado, inevitavelmente incorporando vinho de qualidade inferior, não encontrou facilmente um mercado. Nos dezanove anos entre 1834 e 1852, variando de um mínimo de 25.782 pipas, em 1837, para um máximo de 43.043, em 1849, as exportações totalizaram cerca de 620.872 pipas, com uma média anual de 32.677,5<sup>24</sup>. As mudanças no predominante mercado de vinho britânico, agravadas pela concorrência francesa e

<sup>20</sup> SÁ, Victor de – *Perspectivas do Século XIX*, Lisboa, 1964, p. 17; MANIQUE, António Pedro – *Mouzinho da Silveira: Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, 1889, p. 47; SOUSA, Fernando; PEREIRA, Gaspar Martins – *Alto Douro: Douro Superior*, Lisboa, 1989, p. 34.

<sup>21</sup> LEAL, Pinho – *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, «O Tripeiro»*, 46 (1 Out. 1909), p. 155-156.

<sup>22</sup> S para S, 10 Mai. 1834, 26 Jul. 1834, 2 Ago. 1834, 16 Ago. 1834, 30 Ago. 1834; S para Finnie & Medlicott, 16 Ago. 1834, 16 Set. 1834; S para Rothschild, 25 Nov. 1834, SA 5.

<sup>23</sup> Visconde de Villa Maior – *Ampelographia e Oenologia do Douro*, «Arquivo Rural», 9 (1866-1867), 146.

<sup>24</sup> Totais compilados a partir dos valores em MARTINS – *Memória*, p. 220-221.

espanhola, resultaram na queda dos preços e na acumulação de grandes stocks por vender, tanto em Londres como em Vila Nova de Gaia<sup>25</sup>.

Os rendimentos insatisfatórios conseguidos com os trabalhos da vinha deram origem a um permanente estado de descontentamento entre muitos dos produtores e comerciantes que faziam parte da organização, qualquer que fosse a sua forma, do sistema do vinho do Porto. Inúmeros indivíduos consideraram clamorosamente a abolição da Companhia dos Vinhos como culpada pela sua situação difícil. Outros participantes portugueses e britânicos reconheceram que uma das principais causas dos seus problemas era a superprodução e o estado desfavorável do vital mercado britânico<sup>26</sup>. Entre os opositores a qualquer reparação da Companhia estava a Associação Comercial do Porto, fundada em 1834. Esta organização, composta fundamentalmente por comerciantes portugueses, mas com membros estrangeiros, manifestou-se contra as taxas especiais impostas ao vinho do Porto e contra qualquer forma de provas. Defendia a livre entrada e saída no Porto de todos os vinhos portugueses e propunha a existência de taxas diferentes para os vinhos de primeira e segunda classe. Alguns dos regulamentos que acompanharam as mudanças de 1834 no sistema do vinho do Porto também foram criticados. A taxa de 12\$000 por pipa, defendia a Associação, tinha causado a perda do mercado britânico para os concorrentes de Lisboa<sup>27</sup>. Num mundo vinícola com gostos em mudança, o secretário da Associação afirmava que os regulamentos nada resolviam uma vez que «a boa ou má qualidade dos vinhos depende do gosto dos consumidores»<sup>28</sup>.

Os opositores do comércio não regulado, muitos deles produtores descontentes, rejeitaram que as flutuações de mercado fossem a causa das suas dificuldades. Os seus argumentos reflectiam, frequentemente, o tamanho das suas vinhas e a qualidade do seu produto. Tornava-se necessário um sistema, defendiam alguns, de forma a separar o vinho bom do vinho inferior e, conseqüentemente, eliminar o efeito pernicioso causado no mercado pelo vinho inferior. Outros, a maioria dos agricultores do Douro, produtores de entre três e dez pipas, cujo sustento dependia de «uma venda certa» do produto das suas vinhas, não tinham como principal interesse a qualidade. Queriam uma Companhia financeiramente

<sup>25</sup> BENNETT, Norman R. – *Port Wine Merchants: Sandeman in Porto, 1813-1831*, «The Journal of European Economic History», 24 (1995), 239f.

<sup>26</sup> *Commercio de Vinhos*, «O Athleta», 17 (23 Jun. 1838), 3; *A Questão Vinhateira do Douro Considerada em Todas as suas Relações com a Agricultura e Commercio...* (Porto, 1849), 9, 12-3, 21, 60; FREITAS JÚNIOR, Rodrigues de – *A Questão do Douro perante a História*, CP, 105 (9 Mai. 1863), 1.

<sup>27</sup> Conde de Vila Real, D. Fernando, no PPP, 106 (6 Mai. 1853), 432; *Reflexões sobre os Motivos da Presente Estagnação...*, «O Athleta», 66 (24 Ago. 1838), 2-3; BESSA, Alberto – *A Bolsa e a Associação Comercial*, «O Tripeiro», 97 (1 Mar. 1911), 393-394.

<sup>28</sup> João Ferreira dos Santos Silva Júnior para José da Silva Carvalho, 6 Fev. 1835, PPP, 47 (24 Fev. 1835), 2-4.

saudável, capaz de lhes comprar o produto que tinha ficado por vender e capaz de desenvolver novas saídas para o vinho do Porto. Só o fim do comércio livre e o restabelecimento da Companhia dos Vinhos, reclamavam eles, podia restaurar a prosperidade<sup>29</sup>.

O estado das opiniões, categoricamente divididas – fazendo com que uma comissão investigadora admitisse tristemente a impossibilidade «de desempenhar cabalmente» a sua tarefa – contribuiu para a incerteza no mercado da aguardente e para a instabilidade geral dos preços<sup>30</sup>. O vacilante governo aceitou finalmente os argumentos dos defensores da Companhia dos Vinhos. O comércio livre de vinho do Porto terminou em 7 de Abril de 1838. A Companhia dos Vinhos, apesar da sua reduzida autoridade, viu o seu alvará de instituição renovado por mais vinte anos<sup>31</sup>. O regresso da Companhia dos Vinhos deixou as opiniões da comunidade a respeito da organização tão divididas como no passado. A Companhia, reclamava um agente com enfado, funcionava meramente para produzir «uma escassez artificial de vinho, & para manter os preços de mercado»<sup>32</sup>. O apoio vinha de particulares – incluindo produtores com vinhas em localizações desfavoráveis, capazes de vender cada vez maiores quantidades do seu produto inferior – que se aproveitaram das leis<sup>33</sup>.

Enquanto Portugal experimentava novas formas de administração política e económica, as negociações periódicas para a reforma das relações anglo-portuguesas continuavam, concentrando-se mais nos assuntos políticos que nos económicos. Durante a década de 1820 tinham unicamente tido lugar umas inconclusivas negociações relativas a questões de vinho do Porto. Os comerciantes do Porto fizeram uma petição ao governo por causa das diferenças na Companhia dos Vinhos, mas nem Portugal nem a Grã-Bretanha lhes prestaram grande atenção<sup>34</sup>. Os portugueses estavam mais interessados em rever o odiado Tratado de 1810, mas quando se iniciaram as negociações, em 1824 e 1825, a conduta da Companhia foi invariavelmente inserida nas deliberações pelos britânicos. Foi sugerido que as autoridades portuguesas podiam ter estado preparadas para

<sup>29</sup> José António Borges Peixoto, 16 Mar. 1839, e carta dos produtores de Provesende para o Governo, 12 Mar. 1839, PPP, 71 (23 Mar. 1839), 290, 1; Câmara de Lamego para o Governo, 13 Mar. 1839, PPP, 75 (30 Mar. 1839), 1.

<sup>30</sup> *Parecer da Comissão Especial de Vinhos*, PPP, 184 (5 Ago. 1849), 838-839; S para S, 24 Jan. 1838, SA 5; S para S, 19 Nov. 1838, 27 Mai. 1839, SA 6.

<sup>31</sup> Testemunho de Joseph J. Forrester, DP (*Relatórios das Comissões*, vol 13: *Taxas de Importação sobre o Vinho*, 32-33); SERÉN; PEREIRA – *O Porto Oitocentista*, p. 422 e 424.

<sup>32</sup> O para O, 13 Fev. 1838, OA 29.

<sup>33</sup> Um Lavrador do Douro – *Questão Vinhateira*, BT, 227 (29 Mar. 1852), 3-4; Barão de Massarellos – *Liberdade do Commercio dos Vinhos*, CP, 140 (19 Jun. 1859), 1-2.

<sup>34</sup> *Tradução de hum Requerimento Dirigido ao Governo de S. M. B. por alguns Negociantes Inglezes da Cidade do Porto contra a Companhia Geral do Alto Douro...* (Porto, 1825), 5-12.

satisfazer alguns dos pedidos de reforma britânicos, já que certamente desejavam salvaguardar o seu vantajoso comércio de vinho para a Grã-Bretanha, mas qualquer intromissão nos privilégios da Companhia dos Vinhos, no fim de contas, só era conseguido atingindo a honra nacional, sendo, conseqüentemente, um perigo para a ténue detenção de poder pelas fações governantes, durante um período de incerteza política interna. O *status quo* permaneceu intacto até que a vitória final dos reformadores liberais em 1834 abriu uma nova era política para Portugal<sup>35</sup>. As mudanças subsequentes na estrutura do sistema do vinho do Porto não foram o resultado do ineficaz desempenho dos diplomatas britânicos. Foram o resultado das alterações que os agrupamentos políticos portugueses trouxeram para a sua sociedade. As deliberações que produziram o Tratado de 1842 levantaram algumas das questões do debate. A cláusula 15 declarava que os súbditos britânicos deveriam gozar de «permissão livre e sem restrições para comprar e vender a quem bem lhes aprouver». Mas o teor reafirmou expressamente as leis existentes, incluindo os regulamentos da Companhia dos Vinhos, aplicáveis a todos os residentes em Portugal. Não se seguiram mudanças<sup>36</sup>.

A presença renovada da Companhia dos Vinhos não causou grande impacto no ainda desfavorável mercado do vinho do Porto. Os viticultores não conseguiam encontrar compradores para o seu produto; por volta de 1841, muito vinho estava a ser vendido para destilação, por preços muito baixos – 6\$000 a 7\$000<sup>37</sup>. Os críticos dizem que, de 1838 em diante, a Companhia tinha aprovado uma «imensa» quantidade de vinho de primeira qualidade, diminuindo, desta forma, o seu valor<sup>38</sup>. Em 1842, o stock não vendido foi estimado em 200.000 pipas. As situações de «miséria» e «fome» resultantes para os produtores começaram a abalar o tecido social da região demarcada. Ainda em 1842, ocorreram actos de violência na Régua, quando a Câmara Municipal anunciou novas taxas; em 1843, bandos de lavradores da zona de Vila Real, viraram-se para o roubo quando não conseguiram vender o seu vinho<sup>39</sup>. Uma comissão governamental reuniu-se para debater os

<sup>35</sup> PEREIRA, Miriam Halpern – *Absolutismo Reformista e Nacionalismo: As Negociações para Substituir o Tratado de 1810 entre Portugal e a Inglaterra em 1824-1826*, «Ler História», 12, 1988, p. 23f.; SILBERT, Albert – *Le Portugal, l'Angleterre et la France en 1823-1825: Economie et Politique*, «Revista de História», 50, São Paulo, 1974, p. 567-570.

<sup>36</sup> BONIFÁCIO, M. de Fátima – *1834-42: A Inglaterra perante a Evolução Política Portuguesa (Hipóteses para a Revisão de Versões Correntes)*, «Análise Social», 20, 1984, p. 470; *Tratado de Comércio e Navegação entre Sua Majestade e a Rainha de Portugal* [13 Jul. 1842], DP, 1842, vol. 45, p. 190-287.

<sup>37</sup> *Questão do Douro* [carta de um produtor], CP, 260 (7 Nov. 1859), 1.

<sup>38</sup> MARTINS – *Memória*, 220, para totais de vinho; carta da Régua, 1 Set. 1852, PPP, 221 (18 Set. 1853), 1; FORRESTER, Joseph James – *Observations on the attempts Lately Made to Reform the Abuses Practiced in Portugal*, in *The Making and Treatment of Port Wine...*, Edimburgo, 1945, IX.

<sup>39</sup> Carta do Peso da Régua, 16 Ago., PPP, 197 (22 Ago. 1842), 914; carta de Vila Real, 30 Jan., PPP, 31 (6 Fev. 1843), 1; SERÉN; PEREIRA – *O Porto Oitocentista*, p. 423.



problemas da nação; concentrou-se nas condições da região duriense devido à necessidade nacional dos rendimentos procedentes do vinho do Porto. O seu relatório recomendava a continuação da Companhia dos Vinhos, embora com menos privilégios e reformas a afectarem o processo de selecção do vinho. A 21 de Abril e 23 de Outubro de 1843 deram-se alguns aperfeiçoamentos no alvará da Companhia dos Vinhos. Esta tinha autoridade para decidir qual a quantidade de vinho disponível para uso interno e para exportação para a Grã-Bretanha e outros países. Recebia um subsídio anual de 150.000\$000, em parte retirado das receitas dos impostos sobre a exportação. A quantia devia ser utilizada na compra de até 20.000 pipas de vinho de segunda e terceira qualidade que os produtores não tivessem conseguido vender<sup>40</sup>. Contudo, todos os esforços para contrariar o problema – «esse cancro que roe as entranhas do nosso commercio» – não conseguiram fazer subir os preços<sup>41</sup>.

Os trabalhos anuais de vindima prosseguiram, independentemente das disposições legais. Embora alguns comerciantes achassem que os negócios decorreram satisfatoriamente durante os primeiros dois anos após a abolição da Companhia, o clima adverso persistente dificultava o recomeço da actividade económica. «Os vinhos descem muito devagar devido à seca», comentava um agente em Junho de 1834, «& os navios estão a encher tão devagar como há uns meses atrás». Colheitas com quantidades limitadas vieram juntar-se aos tempos conturbados. Um cliente foi informado, em Novembro de 1834, que a vindima era «a mais deficiente em quantidade algum dia vista, em alguns sítios os agricultores tendo metade, e em muitos não acima de um terço do produto de outros anos». O ano de 1835 produziu algum vinho de boa qualidade, contudo os preços continuaram a cair. Quando a compra começou, em Fevereiro de 1836, os homens da Sandeman consideraram a qualidade do vinho como «não muito convidativa», e só compraram uma quantidade limitada<sup>42</sup>.

As colheitas de 1837 e 1838 também não agradaram aos comerciantes. Em 1839, os vinhos de 1837 continuavam a ser tratados pela aspereza que «ainda retinham a um nível elevado» Os vinhos de 1838 não eram melhores, requerendo também tratamento dispendioso<sup>43</sup>. Em 1839, a Sandeman e outras firmas ou

<sup>40</sup> *Parecer da Comissão Especial dos Vinhos*, 29 Ago. 1842, PPP, 208 (3 Set. 1842), 936; texto do regulamento de 21 Abr. 1843, PPP, 97 (26 Abr. 1843), 488-490.

<sup>41</sup> *Documento n.º 2: Cópia do Parecer da Comissão da Direcção d'Associação Commercial do Porto... 11 d'Abril de 1844; Questão Vinhateira*, BT, 372 (23 Set. 1852), 1-2.

<sup>42</sup> S para Labertouche, 28 Jun. 1834, S para Locket, 11 Nov. 1834, S para S, 25 Ago. 1835, S para Rothschild, 16 Fev. 1836, SA 5; *Commercio dos Vinhos do Douro: Analyse do relatorio e Projecto de Lei apresentado pelo Senhor Deputado José Silva Carvalho na Sessão de 10 Julho de 1839* (Lisboa, 1839), 5-6.

<sup>43</sup> S para S, 13 Abr. 1839, 9 Set. 1839, SA 6.

compraram pouco, ou informaram os lavradores ou os donos das adegas que não planeavam ficar com o seu produto<sup>44</sup>. Entre os poucos indivíduos satisfeitos durante estes anos contavam-se os detentores de vinho mais velho de Vila Nova de Gaia; estes conseguiram preços muito favoráveis pelas reservas há muitos não vendidas<sup>45</sup>.

As firmas exportadoras tanto adoptaram os novos como os antigos padrões de negócio, em resposta às alteradas condições de mercado. Entre as inovações da Sandeman estava o envio de vinho para a Grã-Bretanha em navios portugueses e os esforços para conseguir clientes nos Estados Unidos. Por um breve período, os regulamentos dos impostos deram aos navios portugueses uma vantagem em viagens iniciais para a Grã-Bretanha, e as firmas tentaram vários empreendimentos. As experiências americanas, para Nova Iorque e outros portos do nordeste, não tiveram muito sucesso<sup>46</sup>. Os procedimentos usuais persistiram no incessante comércio com a Grã-Bretanha. As decisões sobre os preços de venda do vinho eram deixadas para as sedes, em Londres: vocês «devem decidir pelo melhor», diziam os agentes da Sandeman, «& qualquer que seja o preço que fixem este está, com certeza, sujeito ao estado do mercado & dos vinhos terem mais ou menos procura à chegada». Era um processo delicado, achavam os agentes, uma vez que «é muito difícil para nós governar correctamente deste lado, dado que nenhuma fixação de preços pela nossa parte vos iria permitir obtê-los a não ser para além do mercado ou dos preços aproximados dos vossos vizinhos»<sup>47</sup>.

À medida que as vinhas amadureciam, em 1839, o tempo desfavorável da Primavera – «ventos & neve que, em muitos dos casos, queimaram as uvas novas» – pressagiava outra colheita desfavorável. Naturalmente que a expectativa fez aumentar o valor dos stocks de vinhos mais velhos e, por causa do lento mercado britânico, tornou as firmas mais cautelosas nas suas compras<sup>48</sup>. Fortes chuvas durante as vindimas acabaram com quaisquer esperanças que restassem de um desenlace feliz. Embora a Companhia dos Vinhos tivesse aprovado cerca de 32.000 pipas como primeira qualidade e o governo, explicava um cínico comerciante, «dado que não pode dar-se ao luxo de perder nem um pouco da sua popularidade devido às eleições que se aproximam», tivesse reafirmado essa decisão, os potenciais compradores não ficaram impressionados. O representante da Offley manteve-se no Porto e reduziu severamente as compras de vinho. O

<sup>44</sup> S para S, 4 Mar. 1839, 9 Mar. 1839, 6 Abr.1839, S para Peres, 4 Abr. 1839, S para Soares, 25 Mai. 1839, S. para Fonseca, 8 Ago. 1839, SA 6.

<sup>45</sup> S para S. 14 Out. 1834, SA 5.

<sup>46</sup> S para S, 20 Fev. 1825, 17 Nov. 1835, 26 Nov. 1836, 27 Abr. 1837, S para Mitchell, 9 Jul. 1835, 19 Nov. 1835, S. para Page, 28 Mar.1837, SA 5.

<sup>47</sup> S para S, 25 Jan. 1836, 10 Set. 1836, SA 5.

<sup>48</sup> S para S, 27 Abr. 1839, 21 Mai. 1839, SA 6.

estado dos negócios do vinho do Porto, lamentava o homem da Sandeman, falando com um dos principais produtores do Douro, estava «o mais desgraçado possível»<sup>49</sup>.

Finalmente, em 1840, a série de vindimas desfavoráveis chegou a um desejado fim. Embora a colheita anual não fosse grande, o consenso da comunidade vinícola era de que «a qualidade será muito superior, muitas pessoas achando que se parecerá mais do que qualquer outra colheita desde então, com a de 1815». Outros observadores achavam que se tratava da melhor colheita desde 1834. Os homens da Sandeman achavam que os produtores, devido «à ideia prevalecente de que a doçura é, agora, a moda em Inglaterra», permitiram que os seus vinhos fermentassem mais do que o costume, embora evitassem práticas que criassem riqueza artificialmente. Havia expectativas ainda mais favoráveis quanto aos custos. «Não se espera que os preços subam muito», opinava um agente, «já que os agricultores estão com muita necessidade de fundos»<sup>50</sup>.

A vindima de 1841 não igualou a sua predecessora. Os oficiais da Companhia dos Vinhos consideraram-na «uma colheita estragada & bastante imprópria para algo mais do que ser transformada em aguardente». Os infelizes produtores da Sandeman foram informados que a firma estava a limitar as compras, a preços reduzidos, unicamente aos vinhos vindos das melhores localizações<sup>51</sup>. A colheita da estação seguinte agradou aos comerciantes, mas a «completa estagnação» do comércio britânico de vinho reduziu o entusiasmo pela sua compra. A reacção foi a mesma para a colheita de 1843<sup>52</sup>. A colheita de 1844, só com 14.000 pipas de vinho de primeira qualidade para divisão entre todos os exportadores, teve uma recepção animada. Os comerciantes britânicos e portugueses tomaram entre 18 e 20.000 pipas (declaradas), com preços entre os 30\$000 e os 50\$000. O vinho de segunda qualidade foi vendido por 15\$000 e o de terceira por 11\$000<sup>53</sup>. Apesar das vendas declaradas, um visitante britânico foi informado que os produtores mais pequenos estavam «num estado de desgraça, muitos quase morrendo à fome», porque os grandes produtores dominavam o mercado dos vinhos com mais lucro<sup>54</sup>. As actividades da Companhia dos Vinhos continuaram a causar pouco impacto nas flutuações de mercado. Os preços caíram de 1846 a 1848;

<sup>49</sup> S para S, 21 Set. 1839, 18 Jan. 1840, 15 Fev. 1840, 14 Mar. 1840, S para Ferreira, 29 Fev. 1840, SA 6; O para Pereira, 1 Fev. 1840, OA 27.

<sup>50</sup> S para S, 28 Set. 1840, 5 Out. 1840, 10 Out. 1840, SA 6.

<sup>51</sup> S para S, 5 Fev. 1842, S para Carvalho, 21 Mai. 1842, SA 6.

<sup>52</sup> S para S, 29 Abr. 1843, S para Vassalo e Sousa, 2 Set. 1843, SA 6; carta de Vila Real, 15 Jun., PPP, 144 (21 Jun. 1843), 728.

<sup>53</sup> *Compra de Vinhos*, PPP, 156 (11 Out. 1844), 228; Edital da Companhia dos Vinhos, 5 Fev. 1845, PPP, 38 (13 Fev. 1845), 154.

<sup>54</sup> KINGSTON, William H. G. – *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, Londres, 1845, II, 337, 342.

depois, melhoraram, possivelmente devido ao impacto da doença na vinha, em França<sup>55</sup>.

A inconstância da política portuguesa continuou a causar o refreamento dos negócios: em 1847, um diplomata britânico lamentava que «a rebelião se tornou numa desordem crónica»<sup>56</sup>. Durante 1846 e 1847 as hostilidades no interior do Porto incomodaram os comerciantes e os produtores tanto da cidade como da região vinhateira. Os carregamentos de vinho que desciam o Douro estavam atrasados, embora o bloqueio naval britânico ao Porto, apesar de ter interferido, não tivesse impedido as exportações. Em Junho de 1847, um vapor navegou «nas caras do esquadrão de bloqueio e conseguiu passar ileso». Nos inícios de Junho de 1847, queixava-se um agente, «o negócio, aqui, ainda está num impasse». Mais tarde nesse mês as forças combinadas, estrangeiras e do governo, convenceram finalmente «os líderes locais da total inutilidade de continuar a luta», e os comerciantes voltaram rapidamente às operações normais<sup>57</sup>.

As condições desfavoráveis da década de 1840 causaram muito desacordo entre as fileiras dos participantes no sistema do vinho do Porto. O comerciante britânico Joseph J. Forrester, numa bem frequentada reunião, no Douro, em 1844, inaugurou a sua famosa campanha contra as práticas contemporâneas de fabrico do vinho do Porto. O esforço de Forrester tem sido frequentemente interpretado como focando-se principalmente na adição de aguardente durante o processo de produção do vinho<sup>58</sup> mas, na realidade, ele tinha em mente outros problemas mais fundamentais. Forrester defendia que as práticas da Companhia dos Vinhos e o longo período de colheitas insatisfatórias tinha estimulado a utilização de vinho ao qual faltava corpo e cor, oriundo do Douro, da Bairrada e de outros sítios. As misturas daí resultantes, declarava ele, puseram em perigo a reputação do vinho do Porto, baixaram os preços e deixaram milhares de pipas por vender nos armazéns de Vila Nova de Gaia e de Londres. Forrester considerava que só cerca de 25.000 das 80.000 pipas armazenadas continham vinho do Porto puro. Muitos dos participantes no sistema, atingidos pelo argumento, afirmavam que a colheita de 1820, com um vinho que tinha «cor retinta, doçura, e força», tinha conquistado os consumidores em Inglaterra e exercido uma influência duradoura na produção de vinho subsequente. Contudo, mesmo antes de 1820, o negociante

<sup>55</sup> Para a questão do oídio em França, ver LACHIVER, Marcel – *Vins, Vignes et Vignerons: Histoire du Vignoble Français*, Paris, 1988, 402f.

<sup>56</sup> LEITÃO, Ruben Andresen – *Novos Documentos dos Arquivos de Windsor*, Coimbra, 1958, p. 209.

<sup>57</sup> SILVA, Joaquim Palminha – *A Revolução da Maria da Fonte: Subsídios para a sua História e Interpretação*, Porto, 1978, 21f; os acontecimentos relativos ao Douro são noticiados nos jornais da época, no Porto, «O Nacional» e «O Ecco Popular»; DP (*Correspondência Relativa aos Assuntos de Portugal*) 68 (1847), 49f; S para S, 8 Abr. 1847, 8 Mai. 1847, 7 Jun. 1847, 19 Jun. 1847, 29 Jun. 1847, SA 9.

<sup>58</sup> MAYSON, Richard – *Portugal's Wines and Wine-Makers*, Londres, 1992, 104.

de Londres, Joaquim Máximo Virginiano, já tinha declarado que o mercado só queria «vinhos muito generosos... fossem eles naturais ou artificiais». Como consequência, os oficiais da Companhia dos Vinhos seleccionaram vinho com «qualidades mais do que suficientes para eles próprios», um produto adequado para misturar com vinhos menores. Embora as colheitas posteriores geralmente produzissem vinho adequado suficiente, os ansiosos produtores de vinho ignoraram as produções mais delicadas e superiores, em vez disso misturando açúcar, baga de sabugueiro, jeropiga e álcool numa tentativa de igualar a natureza. A quantidade de aguardente adicionada durante a produção do vinho aumentou significativamente, até cerca de 20% do conteúdo por pipa<sup>59</sup>.

Forrester afirmava que o vinho do Porto podia voltar a recuperar qualidade e desempenho no mercado, reformando a Companhia e as práticas de produção do vinho, e aceitando como de primeira qualidade o produto geralmente relegado para segunda classe. Tal «belo, puro, simples, leve vinho», quando «completamente fermentado», e não com «muita aguardente», tinha ele a certeza, iria agradar aos palatos dos consumidores britânicos e triunfar sobre o «sabor viciado dos dias que correm»<sup>60</sup>. Alguns produtores concordavam mais ou menos com Forrester. Joaquim Manuel de Barros Cardoso de Cotas assegurava que antes de 1828 nunca tinha posto aguardente no seu mosto, passando a fazê-lo depois de 1835 unicamente devido às exigências dos comerciantes. Este viticultor preferia esperar até Novembro para acrescentar a aguardente<sup>61</sup>. A maioria dos comerciantes e dos produtores reagiu de maneira diferente; as alegações de Forrester causaram uma tempestade na comunidade do vinho do Porto. Os oponentes ou negavam a verdade ou criticavam Forrester, considerando-o como um estrangeiro intrometido, a divulgar assuntos que podiam ser prejudiciais para o seu meio de vida. As preferências dos consumidores britânicos, contrapunham eles, têm que ser satisfeitas<sup>62</sup>. Os regulamentos da Companhia não se alteraram, tal como não se alteraram os usuais processos de produção de vinho. Observadores posteriores

<sup>59</sup> *Wine Trade of Portugal: Proceedings at the meeting of the Nobility, Wine Proprietors and Public Authorities of the Wine-District of the Alto Douro, Pezo-da-Regoa, 8 de Outubro de 1844, por Convite de Joseph James Forrester* (Londres, 1844); testemunho de Forrester, 22 Abr. 1852, DP [ver fn. 31], 1f; FORRESTER, Joseph James – *Portugal and Its Capabilities*, 3ª ed., Londres, 1856, 118; GUIMARÃES, Gonçalves – *Um Português em Londres: Cartas de J. M. Virginiano, Correspondente dos Ferreiras da Régua, no Período Pós-Napoleónico*, Vila Nova de Gaia, 1988, 226; SHAW, Thomas George – *Wine, the Vine, and the Cellar*, Londres, 1863, 83-84.

<sup>60</sup> *Mr. Forrester's Vindication from the Aspersion of the Commercial Association of Oporto; and His Answer to... Bernardo de Lemos Teixeira de Aguillar*, Edimburgo, 1845, 4, 7, 21; Testemunho de Forrester, DP [ver fn. 31], 17-8.

<sup>61</sup> BRAVO, Pedro; OLIVEIRA, Duarte – *Vinificação Moderna*, Porto, 1913, p. 523-524.

<sup>62</sup> Carta de *Um Lavrador do Douro*, Cima do Douro, 29 Nov. 1844, PPP, 206 (9 Dez. 1844), 434-436; carta de *Um Obscuro Lavrador*, 18 Dez. 1844, PPP, 220 (26 Dez. 1844), 491.

relataram que, de facto, muito indivíduos acrescentavam ao vinho açúcar e baga de sabugueiro e que os melhores produtores adicionavam um ou dois almudes de aguardente a cada pipa de mosto<sup>63</sup>. Embora Forrester não tenha sido silenciado<sup>64</sup>, a sua frustração com a estrutura do sistema do vinho do Porto, fez com que, em 1851, terminasse a sua relação com a Offley, na «vida privada e particular»<sup>65</sup>.

Durante este anos controversos e improdutos, os produtores de vinho tiveram que estar sempre preparados para as alterações das preferências dos consumidores britânicos. Por volta de 1830, alguns comerciantes acharam que a riqueza se tinha tornado «um erro principal» no vinho do Porto; os «vinhos velhos, tawny, secos e passados», por seu lado, tinham uma «grande procura»<sup>66</sup>. No entanto, mesmo então, o produto manteve-se um vinho relativamente novo. As dificuldades surgiram inevitavelmente quando os clientes procuravam receber mais carregamentos de um *blend* desejado. Um frustrado agente admitiu ao seu escritório de Londres que «em quase todas as ocasiões, quando vocês pedem a repetição de um carregamento, descubro que todos os lotes estão esgotados & e que a única coisa que posso fazer é tentar imitá-los». Esta dificuldade explica provavelmente os raciocínios relativos às relações com os clientes: «é evidente que não nos podemos prender a amostras», dizia um agente, «mas estamos prontos a fazer envio para aprovação». A solução foi «agrupar os vinhos em lotes maiores» e controlar cuidadosamente o seu conteúdo. «Depois disso», concluiu ele, «conseguiremos combinar facilmente marcas & preços & estabelecer alguma regularidade quanto à qualidade dos futuros carregamentos»<sup>67</sup>. A tarefa dos produtores de vinho mantinha-se suficientemente complexa uma vez que, tal como explicou um residente posterior, «o Douro produz infindáveis qualidades a variados preços»<sup>68</sup>.

O mercado da aguardente, ainda regulado pela Companhia dos Vinhos, partilhava os problemas da indústria em geral. Um dos factores que constantemente influenciava os preços da aguardente era o estado do mercado anual de vinhos consumidos por todas as classes em Portugal. Quando os fornecimentos de vinho de consumo se tornavam escassos, geralmente o vinho destinado à destilação era procurado para suprir esse déficit. Por exemplo, quando, em 1840, uma neve tardia destruiu grande parte da produção da Beira, imediatamente a atenção do

<sup>63</sup> GIRÃO, A. – *Uma Viagem Agrícola no Alto Douro*, CP, 275 (29 Nov. 1856), 1.

<sup>64</sup> Carta de Forrester, 9 Dez. 1844, 207 (10 Dez. 1844), PPP, 438-439, e números seguintes.

<sup>65</sup> Forrester para Sebastião, 3 Mar. 1849; Forrester para Brandão, 3 Mar. 1849; Forrester para Pimentel, 8 Ago. 1850, OA 30.

<sup>66</sup> S para S, 10 Ago. 1830, SA 4; S para S, 29 Abr. 1839, SA 6.

<sup>67</sup> S para S, 8 Mar. 1836, SA 5; S para S, 13 Abr. 1839, SA 6.

<sup>68</sup> Cobb para Medlicott, 21 Fev. 1866, SA 11.

mercado se virou para os «vinhos baixos». Os produtores recusaram os preços oferecidos pelos destiladores e venderam o seu produto como consumo obtendo, assim, maior lucro<sup>69</sup>. A qualidade e a quantidade da aguardente foram sempre uma grande preocupação. Durante a pobre estação de 1852, nos distritos produtores de aguardente, as uvas estavam tão verdes na altura da vindima que eram precisas doze pipas de vinho para fazer uma pipa de aguardente; em anos normais, só eram necessárias entre sete e oito pipas. Em Dezembro, a Sandeman teve que recusar um pedido de exportação de aguardente. «Só com muita dificuldade conseguimos comprar no Douro o suficiente para as nossas reais necessidades», explicaram eles, porque «os produtores de aguardente não estão a trabalhar de acordo com a qualidade & preço do vinho novo»<sup>70</sup>.

#### Vinho Destilado para Aguardente pela Companhia dos Vinhos, 1844-1852<sup>71</sup>

1844	6957.2.3
1845	7056.14.0
1846	8560.5.3
1847	4208.10.6
1848	7573.5.3
1849	10,333.5.3
1850	6143.5.5
1851	9318.0.0
1852	6608.5.3
	<b>66,758.11.0</b>

Ao longo de toda a história do sistema do vinho do Porto, os produtores preferiram sempre utilizar aguardente feita de vinho do Douro. «Não há dúvida», explicava um comerciante ainda activo no início do século vinte, «que para um bom vinho, uma aguardente do Douro ou do Minho dá muito melhor resultado», e que «vale bem a diferença [em preço] para os nossos melhores vinhos». No entanto, a existência de condições económicas depressivas aumenta sempre a atenção relativamente aos custos. Normalmente, as regiões do Minho e da Beira e, por vezes, os vinhedos em volta de Lisboa ajudavam a contrabalançar os défices de aguardente<sup>72</sup>. Durante 1846, a aguardente local foi vendida na Régua por 65\$000 a

<sup>69</sup> S para S, 9 Fev. 1836, S para Finnie, 31 Mai. 1836, SA 5; S para S, 4 Abr. 1840, SA 6.

<sup>70</sup> S para S, 18 Nov. 1852, 1 Dez. 1852, SA 9.

<sup>71</sup> Quantidades dadas em pipas, almudes e canadas. Seixo para o editor, 27 Jul. 1852, PPP, 177 (29 Jul. 1852), 757-762, com informação sobre a Associação Commercial do Porto.

<sup>72</sup> Kendall para RB, 17 Mar. 1903, RB 24; Kendall para RB, 4 Nov. 1904, RB 26: SA; S para Finnie & Medicott, 23 Jun. 1846, SA 8.

pipa, «pagamento à chegada, uma pipa ou duas de cada vez, como destilada». O transporte para o Porto e outros encargos levaram a um preço final de 10\$000 nas compras de Vila Nova de Gaia relativamente a aguardente originária da Figueira da Foz e outras regiões do sul. Os utilizadores defendiam que um produto de qualidade satisfatória do sul, «ao fim de algum tempo» já não se conseguia detectar no seu vinho<sup>73</sup>. A aguardente que vinha de Espanha pelo rio abaixo, «dita de contrabando», por vezes fazia com que os preços do Porto caíssem<sup>74</sup>. Até os defensores da Companhia dos Vinhos admitiam que os regulamentos relativamente à aguardente não tinham lógica e prejudicavam o sistema do vinho do Porto<sup>75</sup>.

Por volta de 1840 existiam no Porto mais de vinte casas britânicas, cada uma delas exportando anualmente entre 500 a 1.000 pipas de vinho; uma ou duas delas conseguiram exportar mais de 2.000<sup>76</sup>. Contudo, as dificuldades políticas e económicas não pouparam essa comunidade. Em Outubro de 1847, uma importante rival da Sandeman e da Offley Forrester – a Cockburn Greig & Co. – não conseguiu satisfazer os seus credores, oferecendo-se para pagar 65% das suas dívidas em seis prestações, de meio em meio ano, durante três anos. Os concorrentes da firma, receando as consequências do fracasso da Cockburn's no mercado geral, permitiram que a companhia se mantivesse no activo durante este intervalo<sup>77</sup>. Um acontecimento semelhante ocorreu em 1851 e 1852, quando a antiga firma Harris teve que suspender os seus pagamentos<sup>78</sup>. A Companhia dos Vinhos também sofreu com estes tempos conturbados; a ruptura causada pela revolta de 1847 impediu que «qualquer preço fosse cotado para as acções da Companhia». Depois de 1847, a estagnação da economia retardava o seu progresso; embora até 1850 a Companhia tivesse, geralmente, conseguido pagar dentro dos prazos as prestações dos seus juros, o valor dos seus stocks decaiu para cerca de metade<sup>79</sup>.

Os últimos anos da década, apesar da boa colheita de 1847, não trouxeram grande alívio aos participantes no sistema do vinho do Porto<sup>80</sup>. Quando a colheita de 1848 sofreu os estragos provocados pelas grandes chuvas que caíram durante a vindima, a Sandeman decidiu fazer compras muito limitadas. Até os vinhos brancos da Quinta do Vesúvio – por norma, de qualidade superior – notava o agente,

<sup>73</sup> S para S, 17 Abr. 1846, SA 8; S para Finnie & Medicott, 4 Dez. 1849, 21 Dez. 1849, SA 9.

<sup>74</sup> S para Finnie & Medicott, 1 Fev. 1851, SA 9.

<sup>75</sup> Carta do Conde de Vila Real, D. Fernando, PPP, 106 (6 Mai. 1853), 432.

<sup>76</sup> KINGSTON – *Lusitanian Sketches*, II, 307.

<sup>77</sup> S para Scrimgwur, 9 Out. 1847, S para Reed Irving, 18 Out. 1847, SA 9.

<sup>78</sup> *Suspensão de Pagamento*, BT, 138 (12 Dez. 1851), 2, *Suspensão de Pagamentos*, PPP, 292 (11 Dez. 1851), 2186 e números seguintes, especialmente *Concordata*, PPP, 49 (26 Fev. 1852), 213.

<sup>79</sup> S para Rothschild, 11 Out. 1847, 30 Jan. 1850, 29 Out. 1850, SA 9.

<sup>80</sup> S para Finnie & Medicott, 12 Out. 1847, SA 9.



«eram tão maus... que os rejeitámos & foram destilados em aguardente». Em 1850, um comerciante afirmava que vinho com custos de produção de 22\$000 tinha sido vendido só por 12\$000<sup>81</sup>. Quando, da mesma forma, a chuva fez diminuir a qualidade da colheita de 1849, a falta de bons vinhos determinou que os preços subissem<sup>82</sup>. A vindima de 1850, de boa qualidade mas muito pequena, fez com que, nos inícios de 1851, os «bons vinhos velhos» subissem até cerca de 40% mais relativamente ao preço do ano anterior<sup>83</sup>. Em 1851, seguiu-se uma colheita igualmente limitada, desta vez devido ao calor excessivo e à falta de chuva. Em algumas zonas, a chuva tardia deu origem a alguma quantidade de vinho excelente; alguns comerciantes consideravam que a qualidade era semelhante à de 1834. Só 20.000 pipas – a quantia a ser dividida «quantitativamente (sic)» entre os produtores – foram qualificadas para exportação para a Europa. O vinho de primeira classe que foi excluído passou a segunda classe e foi vendido a 15\$000<sup>84</sup>.

Em 1852, ao mesmo tempo que um mercado desfavorável dificultava as vendas dos abundantes stocks (tanto em Londres como em Vila Nova de Gaia), uma colheita de fraca qualidade fez com que as firmas limitassem as suas compras. A Sandeman comprou exclusivamente pequenas quantidades aos antigos clientes e a preços do ano anterior. Embora os viticultores se queixassem dos cada vez menores lucros obtidos com o seu produto, os comerciantes consideravam que mesmo o vinho novo «de qualidade mais ordinária» estava caro, porque, «por muito barato que fosse, era necessária uma grande ajuda para que passasse na inspecção». A aguardente também era «muito pretendida» devido «à qualidade e preço do vinho novo». Apesar de algumas firmas comprarem vinho avidamente, a Sandeman decidiu limitar a sua actividade «até que os lavradores caissem na realidade». Quando recusavam preços não satisfatórios, os produtores descontentes tinham que enfrentar as dispendiosas alternativas de acrescentar aguardente ao seu vinho ou, então, de o vender ainda mais barato para consumo local<sup>85</sup>.

A persistência dos tempos difíceis implicou modificações nos regulamentos do sistema do vinho do Porto. Em 1851, embora outras leis se mantivessem em vigor, terminou o subsídio do governo à Companhia dos Vinhos, as finanças da Compa-

<sup>81</sup> S para S, 28 Set. 1848, 7 Jul. 1849, S para Soveral, 7 Abr. 1849, SA 9; Visconde de Moser – *A Guerra das Marcas*, I, CP, 85 (7 Abr. 1866), 1.

<sup>82</sup> S para S, 28 Set. 1849, S para Cazet & Astoin, 28 Mai. 1850, SA 9.

<sup>83</sup> S para Whittock, 8 Jan. 1851, S para Brown, 2 Jun. 1851, SA 9.

<sup>84</sup> S para Finnie & Medlicott, 18 Out. 1851, S para Casal, 21 Nov. 1851, S para S, 18 Fev. 1852, SA 9; *Feira dos Vinhos do Douro* dá o edital da Companhia, PPP, 41 (17 Fev. 1852), 175; José Borges Pinto de Carvalho, *Juiz sobre a Novidade de Vinho de 1851* [carta de Folgosa, 28 Set. 1851], BT, 79 (1 Out. 1851), 3.

<sup>85</sup> Carta, Luis Leite Lobo e Lacerda, Pezo da Régua, 10 Mai. 1853, PPP, 113 (14 Mai. 1853), 459-460; *Uvas do Douro*, BT, 395 (20 Out. 1852), 4; S para S, 1 Dez. 1852, 28 Fev. 1853, 18 Mar. 1853, SA 9.

nhia estagnaram e a organização não foi capaz de cobrir as suas dívidas<sup>86</sup>. Foram alteradas as diferenças entre as taxas de exportação, cuja quantia variava de acordo com o destino. O vinho de primeira qualidade, destinado à Europa, pagava taxas de mais de 15\$000 (cerca de £3.8.4) por pipa; o vinho de segunda qualidade, com outros destinos, pagava mais de 100 réis (ou seis pences) por pipa. O vinho de terceira qualidade ficava em Portugal. Os exportadores britânicos e portugueses consideravam que a taxa sobre o vinho de primeira qualidade era um obstáculo importante ao aumento de consumo britânico. Os valores tinham sido discutidos nas negociações para o Tratado Anglo-Português de 1842, mas Portugal recusou firmemente qualquer alteração à sua política. O exportador de vinho Forrester explicou a uma comissão parlamentar que os funcionários portugueses, observando antigos padrões de consumo, tinham chegado à conclusão de que «os britânicos não conseguem de maneira nenhuma viver sem vinho do Porto». Um comerciante londrino concordou, informando a comissão que a «classe abastada» do seu país comprava o vinho que queria sem ligar ao valor dos impostos. Finalmente, em 1852, os portugueses nivelaram as taxas de exportação, tentando contrabalançar o insatisfatório mercado de vinho do Porto. Consequentemente, na avaliação anual da colheita do ano, o vinho foi dividido em duas categorias, uma para exportação e outra para consumo e destilação em Portugal. Todo o vinho do Porto exportado pagava a mesma taxa, dez xelins e dez pences (cerca de 2\$400) por pipa<sup>87</sup>. Alguns portugueses, receando um abaixamento no valor do seu vinho, protestaram, dizendo que o governo os tinha sacrificado aos ingleses. A Companhia dos Vinhos queixou-se de que a medida tinha quebrado o seu contrato e posto em perigo os interesses de milhares de accionistas, credores e produtores. Houve ameaças sem consequências de maior a propriedades britânicas por parte de populares, na Régua<sup>88</sup>.

A nova década trouxe maior estabilidade política para Portugal e aumentou as esperanças dos participantes no sistema do vinho do Porto quanto a um retorno a tempos estáveis e lucrativos. Entre 1853 e 1856, as exportações atingiram uma média de 42.500 pipas. As 55.811 pipas de 1853 foram o maior total atingido desde 1801; só um outro ano, o de 1825, tinha ultrapassado as 50.000 pipas.

<sup>86</sup> *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, CP, 9 (11 Jan. 1856), 1.

<sup>87</sup> Relatório de Maycock para o Foreign Office, *National Wines of Portugal*, 7 Jun. 1889, e documentos posteriores, *British Documents on Foreign Affairs: Reports and Papers from the Foreign Office Confidential Print, Part 1, series F, vol. 29, Portugal, 1846-1907*, Washington, 1991, 301-306, 312-313, 317-322; testemunho de Joseph J. Forrester e de William E. Tuke, DP [ver fn. 31], p. 16, 165, 169; S para S, 18 Out. 1852, SA 9; carta de Forrester, BT, 207 (1 Mar. 1852), 3; *Parecer da Comissão Especial dos Vinhos do Douro, Eleita pela Direcção da Associação Commercial do Porto*, BT, 213 (11 Mar. 1852), 2-3.

<sup>88</sup> Carta de P. A. M., Vila Real, 22 Ago., PPP, 207 (2 Set. 1852), 886; *Assuada*, BT, 360 (9 Set. 1892), 3; *Questão Vinhateira*, BT, 372 (23 Set. 1852), 2.

Contudo, um futuro diferente e mais agitado emergia, com o aparecimento de uma devastadora doença da vinha, o óídio, e de uma alteração nas taxas de importação britânicas sobre bebidas alcoólicas<sup>89</sup>.

## ABREVIATURAS

- BT *O Braz Tisana*  
 CCP *Chronica Constitucional do Porto*  
 CP *O Commercio do Porto*  
 DP Documentação Parlamentar, Grã-Bretanha  
 LC Livro de Cartas  
 O Offley (firma) ou correspondente anónimo da firma  
 OA Arquivos da Offley, Forrester, Vila Nova de Gaia  
 OA 27 LC, 15 Fev. 1830 – 4 Jan. 1842, OA  
 OA 29 Livro de Cópia, 5 Set. 1835 – 5 Nov. 1838, OA  
 PPP *Periódico dos Pobres do Porto*  
 RB Robertson Brothers  
 RB 24 LC, 12 Nov. 1903 – 26 Out. 1904, SA  
 RB 26 LC, 27 Set. 1905 – 17 Jan. 1907, SA  
 S Sandeman (firma) ou correspondente anónimo da firma  
 SA Arquivos da Sandeman, Vila Nova de Gaia  
 SA 4 LC, 1 Jan. 1828 – 12 Abr. 1834, SA  
 SA 5 LC, 19 Abr. 1834 – 12 Mai. 1838, SA  
 SA 6 LC, 15 Mai. 1838 – 30 Dez. 1844, SA  
 SA 8 LC, 6 Jan. 1845 – 27 Ago. 1847, SA  
 SA 9 LC, 8 Abr. 1847 – 18 Mar. 1853, SA  
 SA 11 LC, 26 Out. 1860 – 7 Nov. 1866, SA

<sup>89</sup> Abordei este assunto o meu trabalho não publicado, *Crisis in the Port Wine System: The 1850s and 1860s*, apresentado no Encontro do International Conference Group on Portugal, em Durham, N. H., em Outubro de 1995.

